

24/07/2023 15:00

Verão com Justiça e Meio Ambiente oferece prestação jurisdicional em Salinópolis

População frequentadora do balneário tem acesso a vários serviços nos finais de semana de julho



A população que frequenta a praia do Atalaia, em Salinópolis, teve acesso à prestação jurisdicional com ênfase no combate a crimes ambientais e aos de menor potencial ofensivo, bem como a outros diversos atendimentos durante o terceiro final de semana do projeto Verão com Justiça e Meio Ambiente, do Poder Judiciário do Pará, nos dias 21, 22 e 23.

A equipe da Coordenadoria dos Juizados Especiais realizou 21 audiências, na barraca instalada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP), no balneário, das quais três resultaram em acordos de transações penais, no valor de 600 reais cada.

O Batalhão Ambiental (BPA) da Polícia Militar do Pará realizou ainda uma operação no domingo, 23, em apoio ao projeto. A equipe abordou 55 veículos, emitiu notificações de perturbação de sossego por som em volume alto para 20 condutores e apreendeu duas linhas "chilenas" fabricadas com vidro quebrado,

cola e que são usadas em pipas e que representam grande risco. O Tribunal Regional Eleitoral realizou 46 atendimentos e a Fundação ParáPaz prestou 800 atendimentos à comunidade.

A execução do projeto, prevista para todos os finais de semana do mês de julho, é de responsabilidade da Coordenadoria dos Juizados Especiais, que tem à frente o desembargador Leonardo de Noronha Tavares e a juíza auxiliar Ana Lúcia Lynch. A atuação dos entes envolvidos no Verão com Justiça e Meio ambiente ocorre por meio de parcerias firmadas pelo Judiciário estadual com diversos órgãos.

Os trabalhos dos Juizados Especiais foram coordenados pelo juiz Jacob Arnaldo Campos Farache e prosseguem no último final de semana do mês, dias 28, 29 e 30, sempre na barraca instalada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) na Praia do Atalaia, em Salinópolis.

Meio ambiente

O projeto Verão com Justiça, da Coordenadoria dos Juizados Especiais, foi ampliado em 2023. A ação possui agora um viés ambiental, passando a chamar-se Verão com Justiça e Meio Ambiente. A inclusão da programação de combate a crimes ambientais no projeto foi fundamentada a partir da noção de que o meio ambiente é um bem fundamental à existência humana, e, como tal, deve ser assegurado e protegido para o uso de todos(as), inclusive no que se refere à preservação e à defesa do meio ambiente. Esta garantia é prevista na Lei nº 9.065/98 (Lei de Crimes Ambientais), que também determina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, cuja pena máxima prevista não ultrapasse a 2 anos, cumulada ou não com multa.

Durante todo o mês de julho será mantido o bloqueio de 3 Km da faixa de areia da Praia do Atalaia, próxima ao 3º atalho de acesso ao balneário. A iniciativa do Ideflor-Bio integra a "Operação Verão 2023". A medida visa garantir a proteção de cinco espécies de tartarugas marinhas: *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda), *Lepidochelys olivacea* (tartaruga-oliva), *Chelonia mydas* (tartaruga-verde), *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente) e *Dermochelys coriacea* (tartaruga-de-couro), que utilizam a região para desova e, posteriormente, é onde ocorre a eclosão dos ovos.

Parcerias importantes

Neste ano, a Fundação ParáPaz oferece atividades esportivas, educativas e recreativas, bem como orientação à população, distribuição de material informativo para crianças e pais que participarem das atividades, para combate e prevenção ao abuso sexual infantil.

Outro parceiro da ação é o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA), que leva serviços de inscrição, transferência eleitoral, revisão de dados da inscrição, segunda via, justificativa por ausência às urnas, emissão de certidões, inclusão de nome social, consulta ao local de votação. O atendimento estará disponível a qualquer eleitor do Pará.

A documentação necessária é documento oficial com foto, ou certidão de nascimento/casamento, comprovante de residência. Para os homens nascidos no ano de 2004 e que farão o título pela primeira vez, é necessário apresentar comprovante de quitação com serviço militar.

O trabalho terá ainda a contribuição de servidores(as) do Ministério Público do Pará, Defensoria Pública, Centro de Perícias Científicas, Instituto Médico Legal, Batalhão de Policiamento Ambiental, Polícia Civil, Polícia Militar, Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR -BIO), Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN -PA), Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar de Salinópolis, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria de Trânsito de Salinas (SEMUTTSAL), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Câmara dos Vereadores de Salinópolis e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Fonte: *Coordenadoria de Imprensa*

Texto: *Andrea Cordeiro*

Foto: Divulgação / null